



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

CNPJ 92.787.118/0001-20

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
30 DE JUNHO DE 2023 e 2022**

Porto Alegre, 30 de junho de 2023.

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

ÍNDICE

	Página
BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	45

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

BALANÇO PATRIMONIAL
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual 30/06/2023	Período Anterior 31/12/2022
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		279.364	127.840
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	45.745	40.298
Contas a Receber	(5)	1.616	1.700
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.2) (6)	(142)	(93)
Subvenções a Receber	(7)	178.371	33.119
Estoques	(3.3) (8)	17.662	19.085
Adiantamento a Empregados	(9)	16.959	15.665
Tributos a Recuperar		278	239
Depósitos Vinculados ou Restituíveis	(10)	4.579	3.857
Outras Contas a Receber	(11)	16.589	19.045
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	(2.754)	(5.771)
Despesas Antecipadas		461	696
ATIVO NÃO CIRCULANTE		487.421	481.973
Realizável a Longo Prazo	(12)	111.887	112.672
Investimentos	(3.4) (14)	2.503	2.748
Imobilizado	(3.5) (15.1)	371.761	365.070
Direito de Uso de Arrendamentos	(3.7) (15.2)	364	577
Intangível	(3.8) (15.3)	906	906
TOTAL DO ATIVO		766.785	609.813

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

BALANÇO PATRIMONIAL
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual 30/06/2023	Período Anterior 31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE		912.498	667.278
Fornecedores	(17)	26.237	21.269
Obrigações Trabalhistas	(18)	6.314	10.439
Obrigações Tributárias		17.441	2.372
Provisões Trabalhistas	(19)	193.490	129.150
Provisão para Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(21)	509.175	481.047
Subvenções a Realizar	(22)	154.468	18.636
Arrendamentos a Pagar	(3.9) (23)	370	423
Outras Contas a Pagar	(24)	5.003	3.942
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		437.251	462.161
Provisão para Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(21)	431.731	456.734
Provisão para Riscos Fiscais	(20)	5.520	5.274
Arrendamentos a Pagar	(3.9) (23)	-	153
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(582.964)	(519.626)
Capital Social	(25)	234.036	222.997
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(26)	17.222	11.039
Reserva de Reavaliação em Bens Próprios	(27)	17.170	17.363
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(28.1)	41.713	42.179
Prejuízos Acumulados		(893.105)	(813.204)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		766.785	609.813

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Acumulado Exercício Atual	Período Anterior	Acumulado Exercício Anterior
		01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023	01/04/2022 30/06/2022	01/01/2022 30/06/2022
RECEITA BRUTA		812	1.868	40	1.458
Prestação de Serviços	(29)	812	1.868	40	1.458
RECEITA LÍQUIDA		812	1.868	40	1.458
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(30)	(426.729)	(842.306)	(403.545)	(788.246)
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		(425.917)	(840.438)	(403.505)	(786.788)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(55.115)	(101.725)	(79.298)	(133.200)
Despesas Gerais e Administrativas	(31)	(37.923)	(76.176)	(40.824)	(79.824)
Outras Receitas Operacionais	(33)	3.577	11.246	4.112	7.487
Outras Despesas Operacionais	(34)	(20.769)	(36.795)	(42.586)	(60.863)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(481.032)	(942.163)	(482.803)	(919.988)
Despesas Financeiras	(36)	(79)	(181)	(95)	(135)
Receitas Financeiras	(37)	1.924	4.398	2.139	4.694
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOIRO NACIONAL		(479.187)	(937.946)	(480.759)	(915.429)
SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	(38)	430.318	837.400	414.323	803.478
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(39)	(48.869)	(100.546)	(66.438)	(111.951)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO EM REAIS		(1)	(1)	(1)	(1)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

CNPJ 92.787.118/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM

30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Acumulado Exercício Atual	Período Anterior	Acumulado Exercício Anterior
		01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023	01/04/2022 30/06/2022	01/01/2022 30/06/2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR	(39)	(48.869)	(100.546)	(66.438)	(111.951)
Realização da Reserva de Reavaliação	(27)	96	193	96	193
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(28.1)	233	466	233	466
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AO CONTROLADOR		(48.540)	(99.887)	(66.109)	(111.292)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(valores em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 1º de janeiro de 2022		180.950	42.047	17.748	43.110	(700.062)	(416.207)
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	(26)	42.047	(42.047)	-	-	-	-
Recebido Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(26)	-	8.998	-	-	-	8.998
Realização da Reserva de Reavaliação	(27)	-	-	(193)	-	193	-
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(28)	-	-	-	(466)	466	-
Prejuízo do Período	(39)	-	-	-	-	(111.951)	(111.951)
Saldos em 30 de junho de 2022		222.997	8.998	17.555	42.644	(811.354)	(519.160)

	Nota	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos Iniciais em 1º de janeiro de 2023		222.997	11.039	17.363	42.179	(813.204)	(519.626)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(28.2)	-	-	-	-	19.986	19.986
Aumento de Capital	(26)	11.039	(11.039)	-	-	-	-
Recebido Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(26)	-	17.222	-	-	-	17.222
Realização da Reserva de Reavaliação	(27)	-	-	(193)	-	193	-
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	(28.1)	-	-	-	(466)	466	-
Prejuízo do Período	(39)	-	-	-	-	(100.546)	(100.546)
Saldos em 30 de junho de 2023		234.036	17.222	17.170	41.713	(893.105)	(582.964)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual	Período Anterior
		01/01/2023	01/01/2022
		30/06/2023	30/06/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do Período	(39)	(100.546)	(111.951)
Ajustes para:			
Depreciações e Amortizações	(15.1) (15.2)	12.045	13.052
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	491	182
Perdas Estimadas com Estoques		(8)	121
Custo do Imobilizado Baixado ou Indenizado		57	64
Provisões e Reversões		35.437	58.576
Realização das Subvenções para Custeio	(38)	(837.400)	(803.478)
Doações Recebidas		(5.945)	(1.039)
Prejuízo do Período Ajustado		(895.869)	(844.472)
Redução (aumento) de Ativos:			
Contas a Receber		69	(202)
Subvenções a Receber		(145.253)	(127.355)
Estoques		1.432	3.280
Depósitos Vinculados ou Restituíveis		(721)	265
Outras Contas a Receber		(1.319)	(2.604)
Aumento (redução) de Passivos:			
Fornecedores		4.968	11.234
Subvenções a Realizar		159.799	117.451
Provisões para Indenizações Cíveis e Trabalhistas		(11.836)	(3.465)
Outras Contas a Pagar e Provisões		96.125	51.893
Ajuste de Exercícios Anteriores	(28.2)	(19.986)	0
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais		(812.590)	(793.975)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de Imobilizado e Intangível	(15.1) (15.3)	(18.562)	(11.701)
Venda de Imobilizado		-	-
Custo do Investimento Transferido para Venda		-	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento		(18.562)	(11.701)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Subvenções para Custeio	(38)	813.432	803.478
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	(26)	17.222	8.998
Doações Recebidas		5.945	1.039
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento		836.599	813.515
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.447	7.838
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO			
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO		5.447	7.838
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		40.298	40.708
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	(4)	45.745	48.546
COMPOSIÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		45.745	48.546
Disponibilidades em Conta Corrente		147	78
Disponibilidades em Aplicações Financeiras		45.598	48.468

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(valores em milhares de reais)

	Nota	Período Atual 30/06/2023	Período Anterior 30/06/2022
RECEITAS		850.023	812.241
Prestação de Serviços	(29)	1.868	1.458
Subvenção para Custeio	(38)	837.400	803.478
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6)	(491)	(182)
Outras Receitas	(33)	11.246	7.487
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(167.436)	(171.445)
Custo dos Serviços Prestados		(150.200)	(144.080)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(14.253)	(17.346)
Provisão para Indenizações Cíveis		(2.737)	(9.831)
Provisão para Riscos Fiscais		(246)	(189)
VALOR ADICIONADO BRUTO		682.587	640.796
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(15.1) (15.2)	(12.045)	(13.052)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		670.542	627.744
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		4.398	4.695
Receitas Financeiras	(37)	4.398	4.695
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		674.940	632.438
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		674.940	632.438
Pessoal		771.200	741.221
Remuneração Direta		682.709	663.265
Benefícios		40.447	34.946
FGTS		48.044	43.010
Impostos, Taxas e Contribuições		54	60
Federais		5	-
Estaduais		-	-
Municipais		49	60
Remuneração de Capitais de Terceiros		4.232	3.108
Juros		181	135
Aluguéis		4.051	2.973
Remuneração de Capitais Próprios		(100.546)	(111.951)
Prejuízo do Período	(39)	(100.546)	(111.951)

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis."



HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.
CNPJ 92.787.118/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(valores em milhares de reais)

NOTA 1 CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS

Constituída em 26/07/1960 como empresa privada, de capital fechado, com sede em Porto Alegre/RS, a Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição Ltda. teve o nome da sociedade alterado em 10/10/1967 para Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. Com a publicação do Decreto nº 75.403, de 20 de fevereiro de 1975, alterado pelo Decreto nº 75.457, de 07 de março de 1975, 51% das ações do capital social foram declaradas de utilidade pública para desapropriação pela União, na forma do Art. 5º, Alínea “g”, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, passando a ser uma estatal dependente controlada pela União (conforme define o Art. 2º, Inciso III da Lei Complementar nº 101/00), está vinculada ao Ministério da Saúde, através do Art. Único, Inciso XVII, Letra “f”, do Anexo do Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019. Em 26/09/2017 o Conselho de Administração aprovou a mudança da natureza jurídica para empresa pública e a partir de 09/11/2017 passou a ter um único acionista, a União. Está sujeita à Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, à Lei nº 4.320/64 e à Lei nº 13.303/16, com suas respectivas alterações, e à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União. Com a publicação no Diário Oficial da União em 20 de dezembro de 2016 da Portaria nº 2.116, tornou-se uma entidade beneficente de assistência social em saúde. A renovação do referido certificado está em andamento. Possui interesse social, é de utilidade pública e tem o fim exclusivo, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de planejar, gerir, desenvolver e executar ações e serviços de saúde, inclusive com a manutenção de estabelecimentos hospitalares, de ensino técnico e superior, de pesquisa científica e tecnológica na área de saúde, tudo de acordo com os princípios, normas e objetivos constitucionais e legais do SUS, consoante às determinações do Ministério da Saúde.

NOTA 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC com base: a) nas disposições contidas na legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações, incluindo a aplicação das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14); b) na opção pelo Regime Tributário de Transição – RTT de 2008 até 2014; c) na adoção das normas internacionais, em 2010, que geraram ajustes de avaliação patrimonial contabilizados no patrimônio líquido; d) nos ajustes referentes à adoção inicial da Lei nº 12.973/14, reconhecidos em subcontas em 2015 e baixados em dezembro de 2018 em função da obtenção da imunidade total dos impostos e contribuições; e) na elaboração da demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado – DVA. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pelo Hospital, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais,

energia, serviços de terceiros e os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e a amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios; f) as contas do imobilizado e do patrimônio líquido encontram-se corrigidas até 31 de dezembro de 1995 conforme dispõe o Art. 4º da Lei nº 9.249/95 e g) os benefícios da isenção das contribuições obtidas com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS foram reconhecidos na contabilidade a partir de janeiro de 2015 com base em parecer jurídico. Com a obtenção da imunidade das contribuições previdenciárias em 24/08/2018 e das demais contribuições em 20/11/2018 as referidas contribuições foram baixadas em agosto e dezembro de 2018, respectivamente. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 25 de julho de 2023.

NOTA 3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A base de reconhecimento e mensuração aplicados na preparação das demonstrações, bem como as principais práticas contábeis adotadas estarão elencadas a seguir:

3.1 Receitas e Despesas – As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas de subvenções para custeio são reconhecidas no resultado quando utilizadas, conforme disposto no item 2 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 2017/NBC TG 07(R2) - Subvenção e Assistências Governamentais.

3.2 Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) – Constituída de acordo com o Art. 9º da Lei nº 9.430/96, alterado pelo Art. 8º da Lei nº 13.097/15 e com o Art. 71 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017 (Nota 6).

3.3 Estoques – São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado (Nota 8).

3.4 Investimentos – As participações em outras empresas são adequadas ao preço de mercado e os outros investimentos ao valor de realização estimada, todos mediante constituição ou reversão de provisões para perdas (Nota 14).

3.5 Imobilizado – Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente conforme legislação vigente até 31 de dezembro de 1995 (custo histórico). Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. Desde 2009, as depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado para a utilização dos bens, suportado por laudo técnico elaborado por empresa especializada. As benfeitorias em imóveis de terceiros estão suportadas por contratos de cessão de uso do imóvel, com prazo de vigência indeterminado, razão pela qual foram depreciadas de acordo com o prazo de vida útil estimado para os bens, entre 50 e 60 anos. A amortização de edificações em imóveis de terceiros, registrada no imobilizado, foi calculada com base no prazo do contrato de locação do imóvel. Em 2010 foi adotado o custo atribuído conforme Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, que gerou ajuste de avaliação patrimonial. Em 2015, com a adoção inicial da Lei nº 12.973/14, os ajustes foram reconhecidos em subcontas do imobilizado e em dezembro de 2018, em função da obtenção da imunidade total dos

impostos e das contribuições, as subcontas foram eliminadas por não ser mais necessário este controle (Nota 15.1).

3.6 Teste de Impairment – O teste de impairment deve ser aplicado para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial deste ativo e que aquele evento teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros, se estes puderem ser estimados de forma confiável. No Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A a depreciação é calculada com base no tempo de vida útil, e todos os bens que tiverem o custo de recuperação/manutenção maior que 50% do seu valor de mercado são considerados irre recuperáveis e baixados, conforme item 6 do Manual de Administração Patrimonial de Bens do Imobilizado do GHC e Inciso IV do Art. 3º do Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, razão pela qual o Comitê de Análise do Patrimônio em seu parecer datado de 30/12/2022, conclui que “não existem evidências objetivas que justifiquem a realização de teste de recuperabilidade para os ativos do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. e suas filiais”.

3.7 Direito de Uso de Arrendamentos – É um ativo que representa o direito do arrendatário de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento e está contabilizado no ativo não circulante (Notas 3.9 e 15.2).

3.8 Intangível – Está demonstrado ao custo de aquisição e desde 2009 a amortização é calculada com base no tempo de vida útil estimado para a utilização dos bens (Nota 15.3).

3.9 Arrendamentos – São representados pelos contratos de arrendamentos que transferem o direito de usar um ativo por um período de tempo em troca de contraprestação, transferindo substancialmente os riscos e benefícios do arrendador para o arrendatário. Após minuciosa análise de todos os contratos de aluguel, os contratos que se enquadravam na norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, foram contabilizados o direito de uso e a depreciação no ativo não circulante e a obrigação no passivo circulante e não circulante (Nota 3.7 e 23).

3.10 Provisões para Contribuição Social e Imposto de Renda – Embora isentos da contribuição social sobre o lucro líquido desde 2016, em função do CEBAS, em 20/11/2018 o Hospital obteve na justiça a imunidade das contribuições do PIS/PASEP, COFINS e da CSLL, razão pela qual esta provisão também não é mais calculada como já ocorria com o IRPJ desde o reconhecimento da imunidade tributária dos impostos em 2015.

3.11 Ajustes de Exercícios Anteriores – A prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores compõem os Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial, recebem registros tanto aumentativos quanto diminutivos e afetam diretamente o Patrimônio Líquido, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

NOTA 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2023	31/12/2022
Numerário Disponível	147	14
Aplicações Financeiras	45.598	40.284
Total	45.745	40.298

São recursos, em moeda nacional, depositados na conta única do governo federal e aplicações financeiras de liquidez imediata, mensurados e avaliados pelo valor do custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

NOTA 5 CONTAS A RECEBER

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2023	31/12/2022
Créditos com Pesquisas	25	70
Sócios Locatários	38	37
Outros Clientes – Estágios	1.553	1.593
Total	1.616	1.700

5.1 Créditos com Pesquisas – São créditos a receber referente a 10% do valor pago pelos patrocinadores da pesquisa clínica aos médicos contratados, para avaliar a eficácia e a segurança de um novo medicamento ou procedimento, após aprovação ética do estudo. O valor cobrado visa cobrir o custo hospitalar incluindo os exames realizados.

5.2 Sócios Locatários – São créditos a receber de pessoas físicas que possuem contrato assinado pelo antigo fundador do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. que concede a eles o direito vitalício de morar nas dependências do Hospital, com direito a assistência médica e ressarcimento das despesas com o seu funeral. Os créditos a receber se referem ao valor cobrado mensalmente pela alimentação fornecida e corresponde a 50% do salário mínimo nacional.

5.3 Outros Clientes – Estágios – Nesta conta estão agrupados os valores a receber referentes a estágios realizados nas diversas unidades do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. por alunos de medicina, fisioterapia, fonoaudiologia, serviço social, odontologia, graduação e técnicos de enfermagem, radiologia e nutrição.

NOTA 6 PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Contas	Período Atual				Período Anterior			
	30/06/2023				31/12/2022			
	Saldo Inicial	Acréscimos	Baixas	Total	Saldo Inicial	Acréscimos	Baixas	Total
ATIVO CIRCULANTE								
Contas a Receber								
Sócios Locatários	(36)	(-1)	-	(37)	(37)	(3)	4	(36)
Outros Clientes	(57)	(63)	15	(105)	(6)	(75)	24	(57)
Subtotal	(93)	(64)	15	(142)	(43)	(78)	28	(93)
Outras Contas a Receber								
Cessão de Pes. a Estados/Municípios	(2.287)	(307)	71	(2.523)	(3.357)	(18)	-	(3.375)
Cessão de Pes. a Outras Entidades	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Empregados	(108)	(51)	10	(149)	(86)	(42)	20	(108)
Devolução e Abat. a Fornecedores	(3.375)	(70)	3.363	(82)	(2.071)	(303)	86	(2.288)
Subtotal	(5.771)	(427)	3.444	(2.754)	(5.514)	(363)	106	(5.771)
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Município de Porto Alegre	(3.335)	-	-	(3.335)	(3.335)	-	-	(3.335)
Cessão de Pes. a Estados/Municípios	(10.523)	(3.419)	1	(13.941)	(10.523)	-	-	(10.523)
Multimed Equip. Eletrônicos Ltda.	(84)	-	-	(84)	(84)	-	-	(84)
Subtotal	(13.942)	(3.419)	1	(17.359)	(13.942)	-	-	(13.942)
Total	(19.806)	(3.910)	3.460	(20.255)	(19.499)	(441)	134	(19.806)

O saldo acumulado das contas é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos.

NOTA 7 SUBVENÇÕES A RECEBER

Contas	Período Atual				Período Anterior			
	30/06/2023				31/12/2022			
	Saldo Inicial	Valor a Receber	Valor Recebido	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor a Receber	Valor Recebido	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE								
Manutenção do Custeio	32.000	271.164	(143.525)	159.639	20.230	288.261	(276.491)	32.000
Reformas	450	18.554	(1.187)	17.817	4.255	14.940	(18.745)	450
Covid-19	669	-	(80)	589	1.408	35.014	(35.753)	669
Atenção à Saúde	-	326	-	326	-	-	-	-
Total	33.119	290.044	(144.792)	178.371	25.893	338.215	(330.989)	33.119

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, estão registradas no ativo circulante com contrapartida no passivo circulante as subvenções para custeio a receber do Ministério da Saúde, pelo total de recursos disponibilizados para o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. pertencentes no Orçamento da Seguridade Social aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023 e nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022. Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde,

conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, estes são baixados desta conta (Notas 22 e 38). Estas subvenções são utilizadas para custear as despesas com:

7.1 Manutenção do Custeio – A partir de janeiro de 2018 os recursos recebidos que tinham como origem a prestação de serviços passaram a integrar o Orçamento da Seguridade Social, do qual o Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. passou a fazer parte. A receita de prestação de serviços passou a ser classificada contabilmente como subvenção do Tesouro Nacional.

7.2 Covid-19 – No exercício de 2023, o Hospital não recebeu orçamento para ações da Covid-19. Os repasses recebidos no primeiro semestre de 2023 são oriundos de restos a pagar.

7.3 Reformas e Demais Custeios – Servem para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis (reformas) e demais despesas de custeio em geral.

7.4 Atenção à Saúde – Por meio da Emenda 19/2023 foram destinados ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. recursos orçamentários para atender ações de atenção à saúde nos serviços ambulatoriais e hospitalares no município de Porto Alegre/RS. Recurso que integra a Lei Orçamentaria Anual (LOA) nº 14.535, 17 de janeiro de 2023.

NOTA 8 ESTOQUES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2023	31/12/2022
Almoxarifados	13.196	14.858
Farmácias	2.428	2.494
Subalmoxarifados	2.216	1.926
Perdas Estimadas com Estoques	(178)	(193)
Total	17.662	19.085

Os estoques se compõem de materiais de consumo a serem consumidos no processo de prestação de serviços e estão demonstrados por local de armazenamento. Com a redução dos casos de Covid 19 os movimentos apresentam uma “certa” normalidade. Se observa uma diminuição na aquisição destes itens consequentemente reduzindo os estoques físicos, bem como os custos inerentes e o próprio processo de trabalho no que tange a sazonalidade e a dinâmica assistencial nos procedimentos realizados, os quais sofrem alterações e impactam em aumento ou redução no período a ser comparado. A abertura de novos processos licitatórios resultou em Atas de Registro de Preços, com preços bastantes próximos a patamares pré-pandemia, o que ajudou a reduzir o valor total dos estoques.

NOTA 9 ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2023	31/12/2022
Férias	10.555	15.324
Salários – Saldo Devedor	301	306
Salários – Demissões Anuladas	-	-
Décimo Terceiro Salário	5.889	20
Vale Transporte	14	15
Suprimento de Fundos	200	-
Total	16.959	15.665

O saldo de adiantamento de férias de junho será descontado dos empregados no mês seguinte. O décimo terceiro será descontado no final do ano. O vale transporte e o saldo devedor são valores que não puderam ser descontados dos empregados por estarem afastados do trabalho sem receber salário, ou estão sendo descontados parceladamente. O valor do suprimento de fundos se refere limite de crédito colocado à disposição do suprido no cartão corporativo do governo federal, utilizado para fazer pequenas compras.

NOTA 10 DEPÓSITOS VINCULADOS OU RESTITUÍVEIS

Contas	Período Atual					Período Anterior				
	30/06/2023					31/12/2022				
	Saldo Inicial	Depósitos	Rendimentos	Baixas	Saldo Final	Saldo Inicial	Depósitos	Rendimentos	Baixas	Saldo Final
Retido de Fornecedores	3.803	1.496	54	(828)	4.525	2.997	2.455	71	(1.720)	3.803
Trabalhistas	54	-	2	(2)	54	172	-	11	(129)	54
Total	3.857	1.496	56	(830)	4.579	3.169	2.455	82	(1.849)	3.857

Os valores retidos de fornecedores são em cumprimento ao Art. 45, Inciso IX, Alínea “a” do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GHC, os quais visam garantir que as empresas terceirizadas tenham recursos para pagar os encargos trabalhistas quando devido aos seus empregados. A contrapartida está registrada no passivo circulante em outras contas a pagar. Os depósitos trabalhistas estão vinculados a ações judiciais em andamento.

NOTA 11 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2023	31/12/2022
Cessão de Pessoal a Estados e Municípios	214	3.556
Cessão de Pessoal a Outras Entidades	15	131
Devoluções, Abatimentos e Multas a Fornecedores	4.135	3.685
Convênios	-	59
Adiantamentos a Terceiros	868	852
Processos Seletivos	611	633
Créditos a Receber de Ações Judiciais	9.872	9.272
Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais	4	4
Outros Créditos a Receber – Aluguéis	9	8
Outros Créditos a Receber – Exclusividade Prestação Serviços Bancários	717	720
Outros Créditos a Receber – Rendimento de Aplicações Financeiras	129	112
Outros Créditos a Receber – Gestão Cadastro Empréstimos Consignados	15	13
Total	16.589	19.045

11.1 Cessão de Pessoal a Estados e Municípios – Funcionários que foram cedidos a diversas Secretarias Municipais do Estado do Rio Grande do Sul e também para a Secretaria da Saúde dos Estados do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e do Distrito Federal. No primeiro semestre de 2023 foi transferido para o longo prazo o total de R\$ 3.356. Os valores a receber em 30/06/2023 se referem ao ressarcimento dos salários pagos aos funcionários cedidos.

11.2 Cessão de Pessoal a Outras Entidades – Trata-se do ressarcimento de salários pagos a dois funcionários cedidos, sendo um para o Conselho Federal de Enfermagem e outro para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

11.3 Devoluções, abatimentos e multas a fornecedores – São créditos a receber de fornecedores por devolução de mercadorias, abatimentos (glosas) e multas pelo descumprimento de cláusulas contratuais devido à aplicação de penalidades previstas em contratos.

11.4 Convênios – Refere-se ao valor repassado em 27/01/2010 à entidade conveniada chamada Africanamente – Centro de Pesquisa, Preservação e Divulgação de Tradições Culturais Afrodescendentes no valor original de R\$ 40, que por não prestar contas em tempo hábil, assumiu o compromisso de devolver o valor atualizado pelo IGP-M parcelado em sessenta meses, dos quais só foram recebidas quarenta parcelas, logo faltam receber vinte parcelas. Neste semestre o saldo foi reclassificado para longo prazo.

11.5 Adiantamentos a Terceiros – São valores pagos aos fornecedores de vale transporte a ser creditado aos funcionários no início do próximo mês.

11.6 Processos Seletivos – São créditos a receber oriundos de taxas de inscrição em concursos públicos arrecadadas por empresas contratadas pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. para elaboração de processos seletivos.

11.7 Créditos a Receber de Ações Judiciais – Refere-se a um termo de transação com o Município de Porto Alegre – RS, datado de 12 de maio de 2016, sobre a ação judicial de repetição de indébito, referente à imunidade tributária dos tributos municipais. O valor a receber de R\$ 9.872 em 30/06/2023 e R\$ 9.272 em 31/12/2022 corresponde a duas parcelas, uma com vencimento em julho de 2018 e outra em julho de 2019. Em decorrência das dificuldades do município em dispor de recursos financeiros e as necessidades do GHC de dispor de terrenos e imóveis para qualificação das suas Unidades Básicas de Saúde, um pedido de aditamento desta transação está sendo renegociado, desde 2017, para se converter o pagamento em bens imóveis. Os demais créditos a receber decorrentes deste processo estão registrados no longo prazo.

11.8 Créditos a Receber de Outras Ações Judiciais – Resultam de um acordo judicial realizado em fevereiro de 2015 com a empresa Tops Consultoria Empresarial Ltda. no valor original de R\$ 4 a ser recebido em seis parcelas atualizadas pelo IGP-M, das quais foram recebidas somente quatro.

11.9 Outros Créditos a Receber – São créditos a receber referentes a aluguel de áreas físicas a diversas associações de funcionários e a cafeteria localizada no pavimento térreo do Centro Administrativo do GHC, a qual é alugada para a empresa F. S. Gastronomia EIRELI – EPP. Também compõe este grupo a 39ª parcela do contrato de exclusividade, pela prestação de serviços bancários, pagamento da folha, depósitos judiciais do Banco do Brasil S.A, pela gestão do cadastro dos empregados com empréstimos consignados pela empresa Quantum Web Tecnologia da Informação Ltda. e rendimentos de aplicações financeiras referente ao terceiro decêndio de junho de 2023, sem liquidez imediata, disponível somente no mês de julho.

NOTA 12 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2023	31/12/2022
Convênio	60	-
Créditos e Valores – Clientes	40.127	40.127
Créditos e Valores – Repetição de Indébito Trabalhista	5	338
Créditos e Valores – Repetição de Indébito Cível	215	215
Cessão de Pessoal a Estados e Municípios	13.880	10.524
Depósitos Judiciais Cíveis	124	119
Depósitos Judiciais Trabalhistas	19.006	20.472
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – COFINS	673	649
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – ICMS	1.361	1.321
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – Tributos Municipais	9.401	9.401
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – ADIR/Estadual	411	420
Créditos a Receber de Ações Judiciais Tributárias – Tributos Federais	43.983	43.028
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(17.359)	(13.942)
Total	111.887	112.672

12.1 Convênios – Refere-se ao valor repassado em 27/01/2010 à entidade conveniada chamada Africanamente – Centro de Pesquisa, Preservação e Divulgação de Tradições Culturais Afrodescendentes no valor original de R\$ 40, por falta de prestação de contas em tempo hábil, assumiu o compromisso de devolver o valor atualizado pelo IGP-M parcelado em sessenta meses, dos quais só foram recebidas quarenta parcelas, logo faltam receber vinte parcelas.

12.2 Créditos e Valores: a) De Clientes – São valores faturados e não recebidos do Município de Porto Alegre/RS pelos serviços prestados durante os meses de maio de 2014 a novembro de 2017. Referem-se a incentivos financeiros concedidos pelo Ministério da Saúde e pelo Estado do Rio Grande do Sul por serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, a título de complemento de faturamento. Como ainda não foi recebido o Hospital ingressou com ação judicial de cobrança. b) De Repetição de Indébito Trabalhista – São duas ações trabalhistas, uma delas se refere à devolução de parte de uma ação judicial, paga com erro na atualização do cálculo, que será devolvida pelo reclamante em sessenta parcelas, das quais, estão registradas nesta conta em 30/6/2023 três parcelas totalizando o valor total de R\$ 5 (nove em 31/12/2022 no valor de R\$ 15). c) De Repetição de Indébito Cível – Resultado de uma sindicância no valor de R\$ 84 transferido do ativo circulante para o longo prazo, em maio de 2021, contra a empresa Multimed Equipamentos Elétricos Ltda. e mais quatro ações de regresso contra a Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda., no valor de R\$ 131, totalizando R\$ 215.

12.3 Cessão de Pessoal a Estados e Municípios – São valores a receber pela cessão de pessoal a diversas Secretarias do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 4.888, apresentando uma variação aumentativa no referido semestre no valor de R\$ 3.356 devido a reclassificação do curto para longo prazo, conforme relato da nota 11.1, e aos municípios de: Porto Alegre, R\$ 8.256, Canoas, R\$ 213, Sapucaia do Sul, R\$ 218 e Fortaleza, R\$ 305, os quais permanecem inalterados, valores estes incluídos em ação judicial de cobrança.

12.4 Depósitos Judiciais Cíveis – Depósitos destinados a garantir o pagamento de processos em andamento sem prazo estimado para realização, atualizados pelo índice de correção da poupança.

12.5 Depósitos Judiciais Trabalhistas – São para recursos depositados na Caixa Econômica Federal – CEF. A atualização é feita pelo mesmo coeficiente de remuneração das contas vinculadas utilizado por aquela instituição financeira. São liberados pela justiça por alvará para pagamento de dívidas trabalhistas aos reclamantes ou podem retornar para o Hospital.

12.6 Créditos a Receber de Ações Judiciais – Oriundas de ações judiciais tributárias de repetição de indébito: a) Da COFINS – Está na fase dos precatórios e já foi parcialmente recebida; b) Do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – Está vinculado ao processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 04 de novembro de 2013, em fase de execução. As duas ações estão sendo atualizadas pela SELIC; c) Dos Tributos Municipais – Também vinculados ao processo de imunidade tributária ganho em repercussão geral a ser pago pelo Município de Porto Alegre/RS, cujo acordo assinado em 12 de maio de 2016, deve ser cumprido em várias etapas. A primeira parte já foi recebida na forma de dação em pagamento de um terreno de uma praça, situada ao lado do Hospital, no valor de R\$ 5.889, a segunda parte no valor de R\$ 9.872 deve ser paga com recursos financeiros registrados no ativo circulante (Nota 11.7), e a terceira parte deverá ser quitada pelo Município com a desafetação e dação em pagamento de parte de outro terreno situado na mesma rua do Hospital, por R\$ 827, e a construção de duas unidades de saúde no valor de R\$ 8.574, totalizando R\$ 9.401. Cabe destacar que desde 2017 esta transação está sendo renegociada com o município de Porto Alegre, para se converter o total a receber em dação em pagamento de bens imóveis; d) Do Adicional de Imposto de Renda – ADIR/Estadual – Pago

de outubro de 1991 a outubro de 1993, este processo aguarda o pagamento do precatório nº 116543; e) Dos Tributos Federais – referentes à ação de repetição de indébito da imunidade tributária, cujo trânsito em julgado ocorreu em 27 de outubro de 2021.

12.7 Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) – Referem-se a provisão para perdas da cessão de pessoal a diversas Secretarias do Estado do Rio Grande do Sul, importando em R\$ 4.889 com uma variação aumentativa no valor de R\$ 3.356 em função da reclassificação mencionada na nota 11.1. Composta também por municípios do mesmo estado em R\$ 12.021 e ao município de Fortaleza/CE no valor de R\$ 305. Em maio de 2021 foi transferido para esta conta R\$ 84 referente à provisão para perdas do valor não recebido da empresa Multimed Equipamentos Elétricos Ltda. relacionado ao resultado da sindicância nº 04/2015. Em maio de 2023 foi reclassificado o convênio Africanamente – Centro de Pesquisa, Preservação e Divulgação de Tradições Culturais Afrodescendentes no valor de R\$ 60.

NOTA 13 ATIVOS CONTINGENTES

Contas	Período Atual	Período Anterior
Repetição de Indébito	30/06/2023	31/12/2022
Contribuições Previdenciárias	1.011.383	985.393
Total	1.011.383	985.393

Conforme determinam os itens 35 e 89 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, divulgamos os valores considerados de realização provável, referente às ações de repetição de indébito das contribuições previdenciárias (INSS Patronal e Terceiros), originárias do processo de imunidade tributária que transitou em julgado em 24 de agosto de 2018.

NOTA 14 INVESTIMENTOS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2023	31/12/2022
Participações Societárias	6.967	6.967
Em Outras Empresas	89	89
Em Outros Investimentos – AHPA	6.878	6.878
Perdas Estimadas	(4.464)	(4.219)
Em Outras Empresas	(40)	(40)
Em Outros Investimentos – AHPA	(4.424)	(4.179)
Total	2.503	2.748

As participações societárias em outras empresas foram colocadas à venda. O investimento na Associação dos Hospitais de Porto Alegre – AHPA refere-se à participação, sem previsão de remuneração monetária direta, exceto no caso de eventual retirada do Hospital da Associação (retorno do investimento original acrescido da variação do IGPM-FGV, conforme previsto no estatuto social da Associação). Com o objetivo de acompanhar e refletir a possibilidade do cumprimento, ou não, da cláusula contratual de retorno do investimento, é calculada provisão ou reversão de perdas com base no

patrimônio líquido da AHPA, apurado no último balancete que estiver fechado, limitada ao valor total do investimento atualizado pela variação do IGPM-FGV, conforme previsto no Art. 49 do Estatuto Social da Associação. As perdas estimadas no investimento da AHPA, no primeiro semestre de 2023, foram de R\$ 245 (R\$ 2.006 em 2022) com base no balancete junho de 2023 e novembro de 2022.

Balancete Patrimonial e Demonstração do Resultado da AHPA	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2023	31/12/2022
Ativo Circulante	2.298	2.513
Ativo Não Circulante	10.686	11.226
Total do Ativo	12.984	13.739
Passivo Circulante	4.815	4.994
Passivo Não Circulante	3.719	3.851
Patrimônio Líquido	5.050	6.773
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	13.584	15.618
Receitas	9.443	14.796
Despesas	(10.043)	(16.675)
Superávit (Déficit) do Período	(600)	(1.879)
Serviços Prestados ao HNSC (em reais)	2.972.666	9.828.198
Roupa Processada para o HNSC (em quilos)	1.002.774	4.086.476

NOTA 15 IMOBILIZADO, DIREITO DE USO E INTANGÍVEL

15.1 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Imobilizado

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2022	01/01/2023 a 30/06/2023			30/06/2023
		Custos	Adições	Baixas	Transf.	Custos
IMOBILIZADO						
Terrenos	-	55.279	-	-	-	55.279
Edificações	10 a 60	142.428	-	-	476	142.904
Edificações em Imóveis de Terceiros	50 a 60	367	-	-	-	367
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	50 a 60	3.194	-	-	-	3.194
Instalações	5 a 60	77.940	-	-	859	78.799
Instalações em Imóveis de Terceiros	3 a 25	9	-	-	-	9
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	3 a 25	188.600	64	(1.139)	4.017	191.542
Outras Máquinas e Equipamentos	3 a 25	8.147	270	(64)	407	8.760
Móveis e Utensílios	3 a 25	22.621	50	(72)	532	23.131
Veículos	5 a 10	1.383	-	-	-	1.383
Equipamentos de Processamento de Dados	3 a 20	42.429	1.991	(23)	598	44.995
Construções em Andamento	-	87.609	5.606	-	(1.619)	91.596
Outras Imobilizações em Andamento	-	4.954	10.581	-	(5.251)	10.284
Adiantamento a Fornecedor	-	19	-	-	(19)	-
Subtotal		634.979	18.562	(1.298)	-	652.243
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO						
Edificações	-	(48.471)	(1.618)	-	-	(50.089)
Edificações em Imóveis de Terceiros	-	(238)	(1)	-	-	(239)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	(895)	(24)	-	-	(919)
Instalações	-	(33.958)	(1.872)	-	-	(35.830)
Instalações em Imóveis de Terceiros	-	(9)	-	-	-	(9)
Máquinas e Equipamentos Hospitalares	-	(132.157)	(5.580)	1.097	-	(136.639)
Outras Máquinas e Equipamentos	-	(5.653)	(189)	63	-	(5.779)
Móveis e Utensílios	-	(14.974)	(658)	59	-	(15.573)
Veículos	-	(1.213)	(26)	-	-	(1.239)
Equipamentos de Processamento de Dados	-	(32.341)	(1.846)	22	-	(34.166)
Subtotal		(269.909)	(11.814)	1.240	-	(280.482)
Total		365.070	6.748	(58)	-	(371.761)

Nota: Vida útil Estimada em Anos.

15.2 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Direito de Uso

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2022	01/01/2023 a 30/06/2023			30/06/2023
		Custos	Adições	Depreciaçã	Transf.	Custos
DIREITO DE USO						
Direito de Uso	5	2.093	18	-	-	2.111
Depreciação Acumulada	-	(1.516)	-	(231)	-	(1.747)
Total		577	18	(231)	-	364

Nota: Vida útil Estimada em Anos.

15.3 Composição do Saldo e Movimentação do Custo do Intangível

Contas	Vida Útil Estimada	Período Anterior	Movimentação			Período Atual
		31/12/2022	01/01/2023 a 30/06/2023			30/06/2023
		Custos	Adições	Baixas	Transf.	Custos
INTANGÍVEL						
Software	3	955	-	-	-	955
Marcas e Patentes	-	14	-	-	-	14
Potencial Construtivo	-	892	-	-	-	892
Amortização Acumulada - Software	-	(955)	-	-	-	(955)
Total		906	-	-	-	906

Nota: Vida útil Estimada em Anos.

Não houve alteração no saldo do intangível no primeiro semestre de 2023. Os softwares, embora totalmente amortizados, continuam sendo utilizados. Os valores registrados na conta de marcas e patentes se referem ao custo com o registro da marca “GHC” e com o registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI do pedido de patente (modelo de utilidade) do equipamento denominado “Sistema de instalação de soluções e aero câmara para aerossóis com porta para sistema fechado de aspiração para pacientes submetidos à Ventilação Artificial”. O potencial construtivo tem origem em indenização por desapropriação pelo município de imóvel situado na esquina da Avenida Francisco Trein com a Avenida Grécia, em Porto Alegre/RS e será utilizado futuramente na aprovação do projeto para construção de outro prédio.

NOTA 16 PARTES RELACIONADAS

16.1 Saldos com Partes Relacionadas

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2023	31/12/2022
	AHPA	AHPA
Investimentos	2.454	2.699
Total	2.454	2.699

Legenda: AHPA – Associação de Hospitais de Porto Alegre.

16.2 Efeitos no Resultado

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2023	31/12/2022
	AHPA	AHPA
RECEITAS E DESPESAS		
Serviços de Higienização de Roupas	5.582	9.828
Perdas Estimadas com Investimentos	(245)	(2.006)
Total	5.337	7.822

Legenda: AHPA – Associação de Hospitais de Porto Alegre.

A Política de Transações com Partes Relacionadas foi elaborada nos termos da legislação em vigor, Lei nº 6.404/76 e Lei nº 13.303/16, Decreto nº 8.945/16 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2014/NBC TG 05 (R3) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05/12/2018 e revisada em 22/12/2021, conforme Ata 149 do Conselho de Administração. As transações efetivadas serão objeto de avaliação anual, a fim de se avaliar a conveniência de sua manutenção. A Associação dos Hospitais de Porto Alegre – AHPA refere-se ao Contrato nº 438/2021, de 28 de setembro de 2021 e Aditivo nº 321/2022, de 12 de agosto de 2022, cujo objeto é a prestação de serviços de higienização de roupas ao Hospital, com vigência de doze meses, podendo ser prorrogado até o limite legal. A participação societária na AHPA está descrita na Nota 14.

16.3 Remuneração Paga ao Pessoal-Chave da Administração

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2023		31/12/2022	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Diretoria Executiva	1	420	3	1.097
Remuneração	-	420	-	915
Um Terço de Férias	-	-	-	25
Gratificação Natalina	-	-	-	76
FGTS	-	27	-	81
Conselho de Administração	5	91	7	187
Conselho Fiscal	3	49	3	108
Comitê de Auditoria	2	48	3	108
Total	11	635	16	1.500

A Assembleia do Conselho de Administração do dia 04/04/2023 designou para o cargo de Diretor presidente o atual ocupante por dois anos. A Assembleia Geral Ordinária – AGO de 14/04/2023 elegeu um membro do Conselho de Administração, prorrogou a gestão de quatro Conselheiros de Administração, e reelegeu os membros do Conselho Fiscal. Na mesma data o Conselho de Administração exonerou dois Diretores Executivos e designou o Diretor Presidente para responder cumulativamente pelos cargos de Diretor Administrativo Financeiro e Diretor Técnico até a eleição dos indicados pelo Ministério da Saúde. A AGE de 15/06/2023, conforme o decreto nº 11.437 de 17-03-2023, fixou a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. Os Conselheiros de Administração e Fiscal recebem a mesma remuneração mensal. Os três membros do Comitê de Auditoria foram eleitos pelo Conselho de Administração em 24-09-2018, com mandato de um, dois e três anos e remuneração mensal de quatro mil reais. Um dos membros foi reeleito em 29-08-2019 e o outro em 22-09-2020, ambos por três anos e o terceiro membro foi substituído em 22-09-2021. O substituto tem mandato de três anos. O terceiro membro eleito em 22-09-2021 renunciou conforme Ata 170 do Conselho de Administração em 08-03-2022, cujo cargo permanece vago até 30-06-2023. O primeiro membro foi substituído em 23-09-2022, por três anos. O maior, o menor e a média, da remuneração da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria consta na nota 32.

NOTA 17 FORNECEDORES

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2023	31/12/2022
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais	26.237	21.269
Total	26.237	21.269

São registradas nesta conta as obrigações decorrentes de contratos, de acordo com a entrega do material ou a prestação dos serviços. O pagamento ocorre de acordo com o prazo de vencimento, normalmente de até trinta dias após o recebimento do produto ou serviço. O saldo em aberto significa basicamente que os valores não foram pagos por não estarem vencidos em 30 de junho de 2023.

NOTA 18 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2023	31/12/2022
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Retidas de Fornecedores	248	302
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Retidas na Folha de Pagamento	5.931	5.534
Obrigações Sociais e Previdenciárias – Não Retidas	-	4.467
Obrigações Trabalhistas	-	3
Reembolso Pessoal Cedido de Outros Órgãos	135	133
Total	6.314	10.439

As obrigações sociais e previdenciárias se referem ao valor da contribuição previdenciária retida sobre o valor das notas fiscais de serviços, com cessão de mão de obra, aos valores retidos sobre a folha de pagamento, ambas com vencimento no mês seguinte. As contribuições previdenciárias não retidas se referem aos contribuintes individuais (médicos residentes, residentes multiprofissionais e conselheiros) que em função do Hospital ter obtido a imunidade tributária e estar imune ao pagamento da cota patronal e terceiros, a legislação vigente prevê a retenção de 20% e não 11%, como efetivamente foi retido de 2018 a 2021, gerando desta forma uma diferença de 9%, não retida para aqueles contribuintes não abrangidos pelo Mandado de Segurança nº 2003.71.00.034766-2/RS ajuizado pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul - SIMERGS que dispensa o empregador dos filiados daquele sindicato de reter 20% podendo continuar a reter 11%. Como a retenção efetuada foi feita indistintamente para todos os contribuintes individuais a alíquota de 11%, a diferença de 9% está sendo fiscalizada pela Receita Federal do Brasil, que intimou o Hospital a retificar as Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP's de 2018 e 2019. Cabe destacar que o processo de fiscalização continua em andamento e que foram registrados nesta conta no primeiro trimestre de 2022, todos os valores a pagar decorrentes das GFIP's que foram retificadas, e atualizadas mensalmente até o mês de abril de 2023, ocasião em que foram pagas. Embora os anos de 2020 e 2021 não estejam incluídos na fiscalização da Receita Federal do Brasil, as contribuições previdenciárias não retidas dos contribuintes individuais foram provisionadas e estão registradas no passivo não circulante (nota 20). As

obrigações trabalhistas são saldos de salários a pagar devolvidos pelo banco devido a problemas nas contas bancárias dos funcionários e o reembolso ao pessoal cedido de outros órgãos no valor de R\$ 136, nos dois períodos, referente a janeiro de 2014 a janeiro de 2015 ,são devidos ao Município de Porto Alegre/RS e estão em cobrança judicial.

NOTA 19 PROVISÕES TRABALHISTAS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2023	31/12/2022
Provisão de Férias	142.572	129.150
Provisão para 13º Salário	50.918	-
Total	193.490	129.150

As duas provisões foram calculadas com encargos de 8% referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a provisão de férias inclui também um terço de férias, conforme legislação vigente.

NOTA 20 PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2023		31/12/2022	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Contribuições Sociais				
Contribuições Previdenciárias	-	5.520	-	5.274
Total	-	5.520	-	5.274

Foram provisionadas nesta conta em 31/12/2021 no passivo não circulante, as contribuições previdenciárias não retidas em 2020 e 2021 dos contribuintes individuais (médicos residentes, residentes multiprofissionais e conselheiros), já que a Receita Federal intimou para fiscalizar os exercícios de 2018 e 2019 cujos valores foram transferidos para o passivo circulante na conta de obrigações sociais e previdenciárias não retidas (Nota 18), após a apuração do valor correto e a retificação de todas as GFIP's. O mesmo entendimento foi adotado para os exercícios de 2020 e 2021, para os quais foram constituídas provisões para suportar uma possível intimação por parte da Receita.

NOTA 21 PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS E TRABALHISTAS

21.1 Com Classificação de Risco Praticamente Certo

Contas		Período Atual			
		30/06/2023			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.986	397.752	35.798	(11.824)	421.726
Indenização Cível	25	3.601	4.165	(11)	7.754
Indenização Cível - Imunidade	1	79.694	-	-	79.694
Total	2.012	481.047	39.963	(11.835)	509.175
Contas		Período Anterior			
		31/12/2022			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.856	320.132	105.250	(27.630)	397.752
Indenização Cível	25	2.374	2.248	(1.021)	3.601
Indenização Cível - Imunidade	1	79.694	-	-	79.694
Total	1.882	402.200	107.498	(28.651)	481.047

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

21.2 Com Classificação de Risco Provável

Contas		Período Atual			
		30/06/2023			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.130	418.589	(3.590)	-	414.999
Indenização Cível	38	36.881	(21.441)	-	15.440
Indenização Cível - Imunidade	1	1.264	28	-	1.292
Total	1.169	456.734	(25.003)	-	431.731
Contas		Período Anterior			
		31/12/2022			
	Processos ¹	Saldo Inicial	Provisão/ Reversão	Baixa/ Pagamento	Saldo Final
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Indenização Trabalhista	1.238	441.158	(22.569)	-	418.589
Indenização Cível	40	7.250	29.631	-	36.881
Indenização Cível - Imunidade	1	1.214	50	-	1.264
Total	1.279	449.622	7.112	-	456.734

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

As provisões são reavaliadas periodicamente, conforme estipula o Item 59 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e evidenciam a melhor estimativa corrente na data do balanço. Para todos os processos cíveis ou trabalhistas ingressos na justiça e com classificação de risco praticamente certo a provisão está reconhecida no passivo circulante. Quando a classificação de risco é provável no passivo não circulante. Os processos trabalhistas referem-se, basicamente, às ações movidas por empregados ativos, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas. Os processos cíveis, na grande maioria dos casos, são movidos por pacientes e tem como objeto principal o dano moral, indenização por erro médico e pensionamento vitalício. A partir de 2020 o orçamento destinado ao pagamento dos precatórios é transferido para o Tribunal Regional do Trabalho - TRT4, que é o responsável por realizar os pagamentos aos beneficiários, razão pela qual os recursos financeiros correspondentes são repassados diretamente para o referido tribunal e a provisão é baixada. Durante o ano de 2011 foi constituída provisão cível para pagamento de honorários aos advogados contratados para propor ação de imunidade tributária. Esta provisão está contabilizada no passivo circulante e a não circulante é atualizada mensalmente pela cláusula contratual e conforme a classificação de risco em praticamente certo e provável, respectivamente. Em fevereiro de 2023 a conta de provisão cível foi impactada conforme informações contidas na nota 28.2. Os processos judiciais trabalhistas e cíveis tem seus valores de provisão atualizados mensalmente, por índices de inflação, em conformidade com a determinação judicial de cada processo, portanto, não há um índice padrão para todos os processos. São aplicados os seguintes índices de atualização monetária: IGP-M, IPCA, SELIC e TR. Há casos especiais em que, são aplicados juros de mora na ordem de 0,5% ou 1,0% ao mês, conforme a determinação judicial.

21.3 Com Classificação de Risco Possível

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2023		31/12/2022	
	Processos ¹	Valores Estimados	Processos ¹	Valores Estimados
Processos Judiciais				
Processos Cíveis	406	99.447	384	109.421
Processos Trabalhistas	1.518	227.493	1.506	191.731
Total	1.924	326.940	1.890	301.152

¹Quantidade de processos ativos na data de apresentação.

Os processos classificados com grau de risco possível, não são contabilizados, são apenas divulgados em notas explicativas, conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

NOTA 22 SUBVENÇÕES A REALIZAR

Contas	Período Atual				
	30/06/2023				
	Saldo Inicial	Valor a Realizar	Valor Realizado	Valor Cancelado/ Devolvido	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE					
Despesas com Pessoal	52	689.596	(686.959)	(2.492)	197
Manutenção do Custeio	17.751	270.000	(151.239)	(841)	135.671
Covid-19	589	-	-	-	589
Reformas	244	18.499	(1.014)	(44)	17.685
Demais Custeios	-	694	(692)	(2)	-
Atenção à Saúde	-	326			326
Total	18.636	979.115	(839.904)	(3.379)	154.468

Contas	Período Anterior				
	31/12/2022				
	Saldo Inicial	Valor a Realizar	Valor Realizado	Valor Cancelado/ Devolvido	Saldo Final
PASSIVO CIRCULANTE					
Despesas com Pessoal	170	1.452.803	(1.452.921)	-	52
Manutenção do Custeio	6.927	256.551	(245.716)	(11)	17.751
Covid-19	514	35.000	(34.864)	(61)	589
Reformas	4.223	14.694	(6.034)	(12.639)	244
Demais Custeios	-	2.555	(2.555)	-	-
Total	11.834	1.761.603	(1.742.090)	(12.711)	18.636

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, as subvenções recebidas do Ministério da Saúde foram classificadas no passivo circulante como subvenção para custeio de:

22.1 Subvenções para Despesas com Pessoal – Reconhecidas no passivo pelo recebimento e transferidas para o resultado, como receita, quando utilizadas, na mesma proporção das despesas. Serve para custear as despesas com pessoal, tais como folha de pagamento com encargos, benefícios da folha e indenizações trabalhistas.

22.2 Subvenções para Manutenção do Custeio – A partir de janeiro de 2018 o Hospital passou a fazer parte do Orçamento da Seguridade Social aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023 e nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022. A subvenção a receber é reconhecida no ativo circulante pelo total orçamentado (Nota 7) em contrapartida do passivo circulante. À medida que a despesa a ser paga com estes recursos é registrada contabilmente, a subvenção é transferida do passivo circulante para a receita na mesma proporção.

22.3 Subvenções Covid-19 – No exercício de 2023, o Hospital não recebeu orçamento para ações da Covid-19. Os repasses recebidos no primeiro trimestre de 2023 são oriundos de restos a pagar.

22.4 Subvenções para Reformas e Demais Custeios – Serve para custear as despesas com a manutenção de bens imóveis (reformas), sentenças judiciais cíveis, pensões judiciais e demais despesas de custeio em geral. O valor a receber é reconhecido no ativo circulante tendo como contrapartida o passivo circulante e a transferência para o resultado, em conta da receita, ocorre na mesma proporção das despesas que são pagas com esta receita, contabilizada pelo regime de competência.

22.5 Atenção à Saúde – Recurso orçamentário recebido por meio da emenda 019/2023 para atender projetos de atenção à Saúde em serviços ambulatoriais e hospitalares.

NOTA 23 ARRENDAMENTOS A PAGAR

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2023		31/12/2022	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Arrendamentos Imobiliários				
Saldo no Início do Período	423	-	401	502
Reajuste	18	-	80	36
Pagamento	(224)	-	(443)	-
Transferência	153	-	385	(385)
Saldo no Final do Período	370	-	423	153

Estas operações se enquadram, a partir de 1º de janeiro de 2019, na norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil. Em 2019, por ocasião da adoção inicial, foram analisados todos os contratos vigentes em que o Hospital é o arrendatário, destes apenas três de locação de imóveis como arrendatário se enquadraram na referida norma. Em 30/06/2023 e 31/12/2022 havia quatro contratos. Estão registrados no ativo o direito de uso e a depreciação e no passivo a obrigação do arrendamento. Foram considerados como arrendamento somente o valor fixo do aluguel a ser pago, embora os contratos tenham vigência de doze meses, identificamos com razoável certeza que a intenção da administração é continuar utilizando estes imóveis, razão pela qual a vigência foi estimada em cinco anos, a contar do início de cada contrato.

NOTA 24 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2023	31/12/2022
Outras Contas a Pagar		
Obrigações com Entidades Públicas	47	47
Contribuições e Consignações de Empregados	-	-
Depósitos Retidos de Fornecedores	4.756	3.895
Obrigações com Outras Entidades	200	-
Total	5.003	3.942

24.1 Obrigações com Entidades Públicas – Os valores registrados nesta conta são a contrapartida do valor a receber registrado no ativo circulante como transferências de recursos a receber do Fundo Nacional de Saúde para compra de material imobilizado por meio de Termos de Execução Descentralizada – TED nº 183/2019 e 137/2020.

24.2 Depósitos Retidos de Fornecedores – São valores retidos dos fornecedores de prestação de serviços com cessão de mão de obra, com base no Art. 45, Inciso IX, Alínea “a”, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do GHC. O valor retido é depositado em conta vinculada no Banco do Brasil S.A. e está registrado no ativo circulante na conta de depósitos vinculados ou restituíveis. A baixa vai ocorrer somente quando o valor for liberado para o fornecedor, após este comprovar que cumpriu com todas as obrigações previstas na referida legislação.

24.3 Obrigações com Outras Entidades – Corresponde ao valor do suprimento de fundos (limite de crédito) colocado à disposição do suprido no cartão corporativo do governo federal, utilizado para fazer pequenas compras. Representa o compromisso assumido pelo Hospital em pagar a fatura do cartão de crédito, quando for entregue a prestação de contas pelo suprido, no prazo máximo de sessenta dias. A contrapartida está registrada no ativo circulante na conta de adiantamentos a empregados (Nota 9).

NOTA 25 CAPITAL SOCIAL

Contas	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2023		31/12/2022	
	Quantidade	Valores	Quantidade	Valores
Ações				
Ordinárias	108.511.628	224.657	108.511.628	214.061
Preferenciais	4.530.000	9.379	4.530.000	8.936
Total	113.041.628	234.036	113.041.628	222.997

O capital é composto por ações sem valor nominal, pertence totalmente a União, e está 100% integralizado. Para as ações do capital social está prevista distribuição de um dividendo mínimo obrigatório anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, assegurando sempre aos acionistas com ações preferenciais, prioridade no recebimento de dividendos de 10% ao ano, maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, o que não se verifica em função do saldo da conta de prejuízos acumulados ser superior aos eventuais lucros apurados. A Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas realizada em 14/04/2023 autorizou a capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital, recebidos em 2022, no montante de R\$ 11.038.609,52, gerando uma variação aumentativa no capital social sem a necessidade de emissão de novas ações.

NOTA 26 ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2023	31/12/2022
Capital Social		
Saldo no Início do Período	11.039	42.047
Valor Capitalizado	(11.039)	(42.047)
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital Recebidos	17.222	11.039
Saldo no Final do Período	17.222	11.039

Nesta conta, estão classificados os recursos recebidos e utilizados no pagamento das aquisições de bens móveis e imóveis. O montante recebido durante o ano é capitalizado no ano seguinte até a data limite da aprovação das contas do exercício, em que ocorrer a transferência, conforme determina o Art. 2º, Parágrafo Único, do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, o qual deu nova redação ao Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, (Nota 25).

NOTA 27 RESERVA DE REAVALIAÇÃO EM BENS PRÓPRIOS

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	30/06/2023			31/12/2022		
	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final
Terrenos	9.030	-	9.030	9.030	-	9.030
Edificações	8.333	(193)	8.140	8.718	(385)	8.333
Total	17.363	(193)	17.170	17.748	(385)	17.363

Em 25 de agosto de 1997 os terrenos e edificações foram reavaliados por empresa especializada. A realização ocorre na mesma proporção da depreciação, venda ou baixa dos bens reavaliados. A provisão para IRPJ e CSLL constituída na época foi baixada após a obtenção da imunidade tributária.

NOTA 28 AJUSTES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**28.1 Ajustes de Avaliação Patrimonial**

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	30/06/2023			31/12/2022		
	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final
Terrenos	26.995	-	26.995	26.995	-	26.995
Edificações	15.184	(466)	14.718	16.115	(931)	15.184
Total	42.179	(466)	41.713	43.110	(931)	42.179

28.2 Ajustes de Exercícios Anteriores

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	30/06/2023			31/12/2022		
	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final	Saldo Inicial	Valor Realizado	Saldo Final
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	19.986	19.986	-	-	-
Total	-	19.986	19.986	-	-	-

28.1 Ajustes de Avaliação Patrimonial – De acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade destacadas nos itens 21 e 22 da ICPC 10, Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, em 2010 foi apurado o custo atribuído (deemed cost) de bens móveis e imóveis, para determinar o valor justo dos bens mais relevantes: terrenos, prédios, instalações, microcomputadores, veículos e outros bens. Os valores dos ajustes estão registrados no ativo não circulante, no grupo de contas do imobilizado, e a contrapartida, no patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Sobre tais valores foram constituídas provisões para contribuição social e imposto de renda diferido com contrapartidas contabilizadas no passivo não circulante, valores estes que foram baixados com o reconhecimento da imunidade tributária do IRPJ em 2015 e a isenção da CSLL obtida com a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) em 2016. A conta de ajustes de avaliação patrimonial é realizada na mesma proporção da depreciação, venda ou baixa dos bens ajustados, quando o valor de realização é transferido para a conta de prejuízos acumulados.

28.2 Ajustes de Exercícios Anteriores – Os ajustes de exercícios anteriores compõem, juntamente com a conta analítica prejuízos acumulados, o grupo sintético de prejuízos acumulados e registra efeitos na mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável que não possam ser atribuídos a eventos subsequentes. O ajuste realizado no primeiro trimestre de 2023, no valor de R\$ 19.986, refere-se ao registro de retificação da provisão cível que compôs o resultado de 2022 bem como o seu reflexo na provisão. Em fevereiro de 2023 foi ajustado esse valor na provisão cível e transferindo seu impacto para a conta de ajustes de resultados de exercícios anteriores.

NOTA 29 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contas	Período Atual	Acumulado Exercício Atual	Período Anterior	Acumulado Exercício Anterior
	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023	01/04/2022 30/06/2022	01/01/2022 30/06/2022
Receitas				
Receitas com Pesquisas	809	1.861	37	1.230
Receitas com Estágios	2	2	-	223
Receitas com Sócios Locatários	2	5	3	5
Total	813	1.868	40	1.458

Nesta conta está registrada a receita da prestação de serviços de pesquisas, estágios e da taxa de alimentação dos sócios locatários (Nota 5). O montante reduzido da prestação dos serviços decorre da alteração na forma de contabilizar os repasses recebidos do Ministério da Saúde – MS, a partir de 01/01/2018, devido à orçamentação direta da receita da prestação de serviços, que passou a ser incluída no orçamento do Hospital e deduzido dos recursos destinados pelo Ministério da Saúde ao financiamento das ações e serviços da média e alta complexidade do Município de Porto Alegre/RS. Desde então os repasses recebidos estão sendo contabilizados como subvenção para custeio (Nota 7) conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistências Governamentais.

NOTA 30 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Contas	Período Atual	Acumulado Exercício Atual	Período Anterior	Acumulado Exercício Anterior	Variação do Período
	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023	01/04/2022 30/06/2022	01/01/2022 30/06/2022	
Custos dos Serviços					
Salários e Encargos	(295.146)	(584.178)	(261.913)	(522.698)	12%
Programa de Demissão Voluntária – PDV	-	-	(16.460)	(31.561)	-100%
Benefícios da Folha de Pagamento	(19.630)	(36.053)	(17.122)	(32.483)	11%
Provisões Trabalhistas	(26.720)	(58.196)	(30.010)	(45.301)	28%
Consumo de Material	(50.306)	(95.914)	(47.201)	(93.036)	3%
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	(6.528)	(12.783)	(6.319)	(12.630)	1%
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	(24.020)	(46.381)	(19.919)	(41.114)	13%
Depreciações/Amortizações	(4.361)	(8.764)	(4.582)	(9.382)	-7%
Encargos Tributários	(18)	(37)	(19)	(41)	-10%
Total	(426.729)	(842.306)	(403.545)	(788.246)	7%

Colaboradores	Período Atual	Período Anterior	Variação
	30/06/2023	30/06/2022	
Empregados Efetivos	8.652	8.519	2%
Empregados Temporários	15	62	-76%
Médicos Residentes	390	384	2%
Residentes Multiprofissionais	141	128	10%
Total	9.198	9.093	1%

O custo dos serviços prestados compreende todos os custos diretos aplicados na produção dos serviços tais como salários e encargos, benefícios da folha (creche, vale transporte e vale alimentação), provisões trabalhistas, consumo de materiais, despesas com serviços prestados por pessoas físicas (médicos residentes, residência multiprofissional), jurídicas (estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguro, aluguéis, conservação reparos e manutenção, entre outros), depreciações, amortizações e encargos tributários (IPTU sobre aluguéis, taxa de coleta de lixo, contribuição para custeio do serviço de iluminação pública e multas fiscais), cujo montante foi apurado com base no custo de cada setor

diretamente vinculado ao custo dos serviços prestados. A elevação nos gastos com salário e encargos no primeiro semestre de 2023 foi devido ao aumento por dissídios aplicados a diversas categorias de empregados. O aumento no custo do consumo de materiais está relacionada com o aumento de preço de diversos materiais de insumo. O aumento nas despesas com serviços prestados por pessoas jurídicas está relacionado com o aumento no preço de diversos serviços contratados (serviços médicos, vigilância, estágios, etc.) e na conta de energia e no preço dos fretes e carretos.

NOTA 31 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Contas	Período Atual	Acumulado Exercício Atual	Período Anterior	Acumulado Exercício Anterior	Variação do Período
	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023	01/04/2022 30/06/2022	01/01/2022 30/06/2022	
Despesas					
Salários e Encargos	(24.938)	(50.026)	(23.570)	(48.397)	5,80%
Programa de Demissão Voluntária – PDV	0	0	(3.112)	(5.147)	-100,00%
Benefícios da Folha de Pagamento	(1.352)	(2.495)	(1.259)	(2.463)	7,42%
Provisões Trabalhistas	(2.778)	(6.143)	(3.402)	(5.182)	-18,33%
Consumo de Material	(948)	(1.834)	(1.672)	(3.054)	-43,33%
Serviços de Terceiros— Pessoa Jurídica	(6.265)	(12.382)	(6.042)	(11.892)	3,69%
Depreciações/Amortizações	(1.631)	(3.281)	(1.753)	(3.670)	-6,96%
Encargos Tributários	(11)	(16)	(14)	(19)	-23,42%
Total	(37.923)	(76.176)	(40.824)	(79.824)	-7,11%

Colaboradores	Período Atual	Período Anterior	Variação do Período
	30/06/2023	30/06/2022	
Empregados Efetivos	682	712	-4%
Total	682	712	-4%

As despesas gerais e administrativas compreendem todas as despesas aplicadas nos serviços administrativos, tais como salários e encargos, benefícios da folha (creche, vale transporte e vale alimentação), provisões trabalhistas, consumo de materiais, despesas com serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas (estagiários, abastecimento, comunicação, transporte, seguros, aluguéis, conservação, reparos e manutenção, etc.), depreciação e encargos tributários (taxa de coleta de lixo, contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública e multas fiscais), cujo montante foi apurado com base na despesa de cada setor diretamente vinculado as despesas gerais e administrativas. A elevação nos gastos com salário e encargos no primeiro semestre de 2023 refere-se ao aumento por dissídios aplicados a diversas categorias de empregados. O aumento nas despesas com serviços prestados por pessoa jurídica está relacionado com o aumento no preço de diversos serviços contratados (vigilância, informática, limpeza, estágios, entre outros) e também na conta de energia elétrica.

NOTA 32 REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS PAGOS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES**32.1 Remuneração**

Contas	Período Atual			Período Anterior		
	30/06/2023			31/12/2022		
	Maior	Menor	Média	Maior	Menor	Média
Diretoria Executiva	27.680	27.680	27.680	25.394	25.394	25.394
Conselho de Administração	2.999	2.999	2.999	2.751	2.751	2.751
Conselho Fiscal	2.999	2.999	2.999	2.751	2.751	2.751
Comitê de Auditoria	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000
Empregados	41.650	2.231	10.469	39.293	2.100	10.227

Nota: Valores em Reais.

32.2 Benefícios a Empregados

	Período Atual		Período Anterior	
	30/06/2023		31/12/2022	
	Valores	Média	Valores	Média
Vale Transporte	4.503.762	351	9.465.473	360
Vale Alimentação	24.662.296	455	40.038.284	368
Auxílio Creche	3.210.179	947	6.218.268	914
Total	32.376.237	-	55.722.025	-

Nota: Valores em Reais

Em cumprimento a Resolução nº 30 de 04 de agosto de 2022 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União e da Lei nº 13.303/16, Art. 12, Inciso I, combinado com o Art. 19 do Decreto nº 8.945/16, informamos no quadro acima a remuneração mensal e individual do pessoal chave da administração e empregados, incluindo vantagens pessoais, adicionais, horas extras e despesas vinculadas à remuneração paga aos empregados. A AGE de 15/06/2023, conforme o decreto nº 11.437 de 17-03-2023, fixou a remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. Na remuneração dos diretores não está incluída a remuneração recebida por um dos diretores como membro do conselho de administração, nem um terço de férias paga anualmente e o FGTS depositado em conta vinculada mensalmente demonstrados na Nota 16.3. A despesa consolidada, com a remuneração da diretoria executiva, dos conselheiros de administração, conselheiros fiscais e comitê de auditoria totalizou no período de janeiro a junho de 2023 R\$ 567 (R\$ 556 no mesmo período de 2022). Os acionistas fixaram na Assembleia Geral Extraordinária de 15 de junho de 2023 o montante global de R\$ 2.090, a serem pagos aos administradores (Diretoria Executiva, Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria), no período compreendido entre abril de 2023 e março de 2024 e na Assembleia Geral Ordinária de 11 de abril de 2022 o montante de R\$ 1.717 para o período entre abril de 2022 e março de 2023. No primeiro semestre de 2023 foram gastos com os administradores, R\$ 43 com despesas de passagens e R\$ 14 com diárias, com os empregados, R\$ 24 com diárias.

Cabe destacar que os benefícios a empregados foram apresentados considerando os valores acumulados de janeiro a junho de 2023, sendo que a média de beneficiados com vale transporte foi de 2.139 empregados, 9.034 para vale alimentação e 565 empregadas beneficiadas com auxílio creche.

NOTA 33 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Contas	Período Atual	Acumulado Exercício Atual	Período Anterior	Acumulado Exercício Anterior
	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023	01/04/2022 30/06/2022	01/01/2022 30/06/2022
Outras Receitas				
Doações Recebidas – Ministério da Saúde	872	1.020	17	33
Doações Recebidas – Patrocinadores de Pesquisa			541	567
Doações Recebidas – Empresas Privadas	226	500	159	344
Doações Recebidas – Município de Porto Alegre (RS)	18	47	75	95
Doações Recebidas – Secretaria Estadual de Saúde (RS)	3	10	1	1
Doações Recebidas – Bens Móveis e Imóveis	28	4.368	-	-
Exclusividade – Prestação de Serviços Bancários	2.142	4.258	2.096	3965
Exclusividade – Gestão Empréstimos Consignados	43	83	32	61
Receita Eventual – Recuperação de Créditos	26	42	65	69
Receita Eventual – Recuperação de Crédito	-	1	-	-
Receita Eventual – Multas Contratuais	183	845	1042	1166
Comissão por Intermediação de Negócios	-		-	49
Aluguéis	36	72	34	67
Reversão de Provisões para Riscos Fiscais	-		-	1070
Total	3.577	11.246	4.062	7.487

33.1 Doações Recebidas – Compõem esta conta as doações recebidas de entes públicos e privados entre os quais destacamos as doações recebidas do Ministério da Saúde, dos patrocinadores de pesquisas, que doam medicamento para serem utilizados nas pesquisas que estão sendo desenvolvidas no Hospital. As empresas privadas, doam material de consumo e bens móveis. No presente semestre foram doados bens que estão em imobilização em andamento, no montante de R\$ 4.338 referente ao projeto teleoftalmo que operacionalmente não está em execução.

33.2 Exclusividade na Prestação de Serviços Bancários – Receita decorrente do contrato pela centralização do processamento da folha de salários e demais movimentações financeiras de pagamento a credores, com o Banco do Brasil S.A, por sessenta meses a contar de 03/04/2020.

33.3 Exclusividade na Gestão de Empréstimos Consignados – São receitas pela gestão do cadastro dos empregados com empréstimos consignados, com fornecimento de um sistema que executa o controle operacional e gerencial das operações de empréstimos pela empresa Quantum Web Tecnologia da Informação Ltda.

33.4 Receitas Eventuais – Composta por várias receitas, como a recuperação de créditos, que é a baixa de valores provisionados como perdas, devido ao seu recebimento em outro exercício, receitas de multas contratuais aplicadas a fornecedores por descumprimento de cláusulas contratuais.

33.5 Comissão por Intermediação de Negócios – Repasse recebido em contrapartida à arrecadação de taxas para a inscrição em concursos, realizados por empresa contratada.

33.6 Aluguéis – De área física à associações de funcionários e também de uma sala, localizada no Centro Administrativo do GHC, destinada à cafeteria alugada para a empresa F. S. Gastronomia EIRELI – EPP. Os contratos em que o Hospital é o arrendador são classificados como arrendamento operacional, conforme a norma do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil. Os recebimentos são registrados mensalmente como receita de aluguel e apropriados segundo o regime de competência.

33.7 Reversão da Provisão para Riscos Fiscais – Referente às contribuições previdenciárias não retidas dos contribuintes individuais nos anos de 2018 e 2019 (Nota 20). O valor provisionado em 2021 foi totalmente revertido durante o exercício de 2022, após a apuração do valor correto e a retificação de todas as GFIPs.

NOTA 34 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Contas	Período	Acumulado	Período	Acumulado
	Atual	Exercício	Anterior	Exercício
	01/04/2023	01/01/2023	01/04/2022	01/01/2022
	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2022
Outras Despesas				
Provisão para Indenização Trabalhista	(39.870)	(58.118)	(42.321)	(85.937)
Reversão da Provisão para Indenização Trabalhista	20.704	25.908	9.676	37.947
Provisão para Indenização Cível	(835)	(5.638)	(8.900)	(9.808)
Reversão da provisão para Indenização Cível	424	2.930	-	-
Provisão para Indenização Cível – Imunidade Tributária	(14)	(28)	(12)	(22)
Perdas Estimadas Crédito de Liquidação Duvidosa	(122)	(186)	(75)	(182)
Perdas Estimadas com Estoques	(540)	(1.066)	(500)	(822)
Reversão para Perdas Estimadas com Estoques	533	1.075	397	700
Perdas Estimadas com Investimentos	(243)	(245)	(244)	(1.637)
Provisão para Riscos Fiscais	(125)	(246)	(109)	(189)
Encargos Judiciais	(367)	(716)	(432)	(759)
Mensalidades Associativas	(47)	(96)	(44)	(90)
Perdas Patrimoniais	(42)	(57)	(22)	(64)
Perdas Eventuais – Multas Contratuais	-	(4)	-	-
Perdas Eventuais – Outros Créditos	(224)	(305)	-	-
Total	(20.770)	(36.794)	(42.586)	(60.863)

Compreendem as despesas apropriadas com base no regime de competência, referente às provisões para indenização cíveis e trabalhistas (Nota 21), perdas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 6), perdas com investimentos (Nota 14), provisão para perda com estoque (Nota 8), provisão para riscos fiscais (Nota 20), além de despesas com encargos judiciais (cíveis e trabalhistas), pensões vitalícias, custas e honorários advocatícios, mensalidades associativas pagas ao Sindicato dos Hospitais – SINDIOSPA, a Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino – ABRAHUE e perdas patrimoniais referentes ao valor residual dos bens baixados.

NOTA 35 PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Foi implantado em 1º de agosto de 1998 o Plano de Contribuições Definidas – Fundo Gerador de Benefícios, um plano atuarial de previdência privada aos empregados, administrado pela empresa Bradesco Vida e Previdência S.A. Participam do plano apenas dois empregados em 30/06/2023 (dois em 31/12/2022). O plano atuarial foi calculado segundo os parâmetros determinados pela Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1997, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. A contribuição do Hospital é fixa em 8% sobre a remuneração dos participantes. O plano de benefícios foi concebido sob o critério técnico de renda mensal vitalícia, ou de renda mensal vitalícia reversível em 50% ao cônjuge, equivalente a 40% da remuneração bruta do participante na data da implantação do plano. A taxa de administração é de 2,8% sobre o valor total das contribuições pagas pela instituidora e pelos participantes. No primeiro semestre de 2023 as contribuições do GHC foram de R\$ 27 (R\$ 46 no período comparativo de 2022).

NOTA 36 DESPESAS FINANCEIRAS

Contas	Período Atual	Acumulado Exercício Atual	Período Anterior	Acumulado Exercício Anterior
	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023	01/04/2022 30/06/2022	01/01/2022 30/06/2022
Despesas Financeiras				
Despesas Bancárias	-	-	-	(1)
Juros Passivos	(78)	(174)	(87)	(122)
Multas Compensatórias	(1)	(3)	-	(1)
Encargos com FGTS	-	(4)	(8)	(8)
Variação Cambial	-	-	-	(3)
Total	(79)	(181)	(95)	(135)

Nas despesas financeiras estão registradas as despesas bancárias, os juros passivos e a variação cambial, paga por ocasião do fechamento de contratos de cambio de importação de medicamentos no primeiro trimestre de 2022, juros referentes à atualização de contas do passivo com base no regime de competência. No exercício de 2022 ocorreu nessa conta um aumento significativo referente a atualização mensal das contribuições previdenciárias não retidas dos contribuintes individuais dos exercícios 2018 e 2019, cujo o valor principal registrado no passivo circulante, no grupo de obrigações sociais previdenciárias pagas no mês de abril de 2023, bem como as multas compensatórias por atraso e recolhimento de tributos. Durante o exercício de 2022 e no primeiro semestre de 2023 houve multa de encargos de FGTS, por recolhimento de funcionários que estavam em licença saúde, cujo período da licença foi convertido em acidente de trabalho.

NOTA 37 RECEITAS FINANCEIRAS

Contas	Período Atual	Acumulado Exercício Atual	Período Anterior	Acumulado Exercício Anterior
	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023	01/04/2022 30/06/2022	01/01/2022 30/06/2022
Receitas Financeiras				
Rendimento de Aplicação Financeira	1.175	2.341	1.414	2.517
Juros sobre a Repetição de Indébito de Tributos	490	986	451	823
Juros sobre Outras Contas do Ativo	43	684	24	936
Variação Monetária Ativa – Depósitos para Recursos (FGTS)	216	419	246	404
Variação Monetária Ativa – Outras Contas do Ativo	-	1	4	7
Rendimento de Depósito Restituível ou Vinculado	-	-33	-	-
Variação Cambial	-	-	-	7
Total	1.924	4.398	2.139	4.694

Nestas contas estão registrados, com base no regime de competência, os rendimentos das aplicações financeiras, os juros sobre as repetições de indêbitos registradas no realizável a longo prazo (Nota 12.5), os juros e variações sobre diversas contas do ativo e a variação cambial sobre importações de medicamentos.

NOTA 38 SUBVENÇÃO PARA CUSTEIO

Contas	Período Atual	Acumulado Exercício Atual	Período Anterior	Acumulado Exercício Anterior
	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023	01/04/2022 30/06/2022	01/01/2022 30/06/2022
Repasses Recebidos				
Pessoal	311.643	616.459	316.712	604.460
Pessoal – Devolução Depósitos Recursais Recebidos	(550)	(2.386)	(59)	(372)
Benefícios da Folha de Pagamento	23.230	41.892	18.395	36.394
Médicos Residentes	9.438	14.095	4.769	9.382
Residência Multiprofissional	1.732	3.267	1.068	3.134
Sentenças Judiciais Trabalhistas	4.683	11.246	681	1.215
Sentenças Judiciais Cíveis	10	12	305	338
Manutenção do Custeio	77.537	127.271	66.496	117.167
Manutenção do Custeio – Repasse Não Recebido	2.029	23.967	4.930	22.500
Manutenção do Custeio – Cancelamento de Repasse	-	(41)	-	-
Manutenção do Custeio – Covid - 19	-		1.604	4.681
Reformas	270	1.015	1.899	3.959
Pensões	342	681	313	620
Demais Custeios	-	-	-	-
Regularização de Subvenções	(46)	(78)		
Total	430.318	837.400	417.113	803.478

Os repasses financeiros recebidos do Ministério da Saúde e os valores com cotas do orçamento, foram classificados na receita como subvenção para custeio, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 2017/NBC TG 07(R2) – Subvenção e Assistências Governamentais, são reconhecidos na receita quando utilizados, na mesma proporção das despesas. Servem para custear todas as despesas de pessoal, encargos, benefícios da folha, indenizações cíveis e trabalhistas e demais custeios. Os recursos repassados pelo Ministério da Saúde, que eram oriundos de prestação de serviços, passaram a ser orçamentados diretamente no orçamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. pela Lei Orçamentária Anual nº 14.535 de 17 janeiro de 2023 e nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022. Os recursos são reconhecidos no ativo circulante pelo total orçamentado (Nota 7) em contrapartida do passivo circulante (Nota 22). A despesa (material de consumo e serviços) a ser paga com estes recursos é registrada contabilmente com base no regime de competência, na mesma proporção da receita que é transferida do passivo circulante para a receita de subvenção para custeio. Quando os recursos são repassados pelo Ministério da Saúde, conforme a necessidade financeira de desembolso do Hospital, estes são baixados do ativo circulante.

NOTA 39 LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

Contas	Período Atual	Acumulado Exercício Atual	Período Anterior	Acumulado Exercício Anterior
	01/04/2023 30/06/2023	01/01/2023 30/06/2023	01/04/2022 30/06/2022	01/01/2022 30/06/2022
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(48.869)	(100.546)	(66.438)	(111.951)
Provisão (Reversão) para Indenizações Trabalhistas	19.166	32.209	32.645	47.990
Provisão (Reversão) para Indenizações Cíveis	412	2.708	-	
Provisão (Reversão) para Indenizações Cíveis – Imunidade Tributária	14	28	-	-
Provisão (Reversão) para Riscos Fiscais	125	246	-	(1.070)
Perda (Reversão) com Investimentos	243	245		
Prejuízo do Exercício Ajustado	(28.809)	(65.110)	(33.793)	(65.031)

Nota: Prejuízo do Exercício Ajustado após Exclusão das Despesas sem Contrapartida na Receita e das Receitas sem Contrapartidas na Despesa.

Para ajustar a apuração do prejuízo em 30/06/2023 de R\$ 100.546 foram excluídos deste valor as despesas sem contrapartida na receita e as receitas sem contrapartida na despesa deste exercício, o resultado apurado seria R\$ 65.110 no primeiro semestre de 2023 (R\$ 65.031 no mesmo período de 2022). Cabe destacar que a apuração frequente de prejuízo fez com que a conta de prejuízos acumulados tornasse o Patrimônio Líquido negativo. Por ser estatal dependente e só receber recursos na medida de suas necessidades financeiras somente em situações pontuais poderá apurar lucro.

NOTA 40 COBERTURA DE SEGUROS

Contas	Período Atual	Período Anterior
	30/06/2023	31/12/2022
Limite Máximo de Indenização		
Incêndios	204.330	204.330
Roubos e/ou Furtos de Bens	2.724	2.724
Responsabilidade Civil das Operações	2.724	2.724
Veículos	2.900	2.900
Seguro de Vida em Grupo	54	54
Total	212.732	212.732

A sociedade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros contra o patrimônio. A apólice para cobertura de incêndio (inclui explosão, danos elétricos, fumaça, impactos de veículos terrestres, queda de aeronaves e fenômenos da natureza), roubos e/ou furtos de bens e responsabilidade cível, tem vigência de 13/08/2022 a 12/08/2023 e a apólice do seguro dos veículos para cobertura de danos materiais, corporais, morte acidental e invalidez permanente, tem vigência de 18/11/2022 a 18/11/2023, 24h. O seguro de vida em grupo contratado em cumprimento a Lei nº 11.788/08, Art. 9º, Inciso IV, Parágrafo Único, para a Residência Multiprofissional desde 18/09/2017, prevê cobertura de assistência funeral, invalidez por doença ou por acidente parcial ou total, está sendo renovada anualmente, a vigência do aditivo atual é de 24/11/2022 a 23/11/2023.

NOTA 41 DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Em cumprimento ao Inciso VI do Art. 8º da Lei nº 13.303/16, informamos alguns dos principais dados consolidados relacionados à produção:

Contas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
	30/06/2023	30/06/2022	
PRODUÇÃO/QUANTIDADE			
Consultas	705.492	661.132	7%
Procedimentos	376.765	302.261	25%
SADT	2.206.274	2.150.412	3%
Internações	26.590	25.277	5%
Cirurgias/Curetagens e Outros	15.643	15.369	2%
Partos	3.383	3.229	5%
Total	3.334.147	3.157.680	6%
INDICADORES HOSPITALARES (MÉDIA)			
Média de Permanência	6,7 dias	8,0 dias	-16,25%
Taxa de Ocupação Hospitalar	77,60%	79,00%	-1,77%
Taxa de Mortalidade Institucional	2,10%	4,80%	-56,25%

Legenda: SADT- Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêuticos; inclusos sessões de fisioterapia, quimioterapia e exames.

Os indicadores acima listados sintetizam a atuação do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. na sua atividade fim, qual seja a prestação de serviços de assistência à saúde aos usuários do SUS. Desse modo os dados da produção/quantidade apresentados estão relacionados à capacidade de atendimento e à demanda da população. No primeiro semestre de 2023 a produção comparado com o semestre de 2022. Cabe destacar que o maior aumento foi nos procedimentos (Litotripsia, curativos especiais, sondagens, punções), seguido de consultas, internações, cirurgias e partos. Do mesmo modo a média de permanência diminuiu 1,3 dias – (16,25%), bem como a taxa de mortalidade em (56,25%), demonstrando a eficiência e a melhoria de fluxos de atendimento.

NOTA 42 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS

Durante o primeiro semestre de 2023 e de 2022, todas as obrigações e investimentos assumidos e realizados pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., foram em cumprimento aos seus objetivos sociais (Art. 2º do Estatuto Social), e estão contabilizadas e apresentadas nas demonstrações contábeis, razão pela qual não existem valores a serem informados nesta nota explicativa, referentes a obrigações e responsabilidades assumidas em desacordo com os objetivos sociais, conforme estabelece o Inciso I, do Parágrafo 2º, do Art. 5º, do Estatuto Social da Sociedade, bem como define o Parágrafo 2º, do Inciso IX, do Art. 8º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e o Art. 13, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

NOTA 43 CONTINUIDADE OPERACIONAL

Para garantir a viabilidade econômica do Hospital se faz necessária a manutenção permanente e equilibrada das subvenções para custeio e dos adiantamentos para futuro aumento de capital (Notas 7, 22 26 e 38) repassados pelo Ministério da Saúde, sem as quais não há condições de manter o atendimento hospitalar 100% gratuito aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

NOTA 44 EVENTOS SUBSEQUENTES

De 30 de junho de 2023 até a data do encerramento das demonstrações contábeis, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

GILBERTO
BARICHELO:52101
282968

Assinado de forma digital por
GILBERTO
BARICHELO:52101282968
Dados: 2023.08.22 10:22:18
-03'00'

Gilberto Barichello
Diretor Presidente
CPF nº 521.012.829-68

GILBERTO
BARICHELO:52101
282968

Assinado de forma digital por
GILBERTO
BARICHELO:52101282968
Dados: 2023.08.22 10:22:38
-03'00'

Gilberto Barichello
Diretor Técnico
CPF nº 521.012.829-68

GILBERTO
BARICHELO:5
2101282968

Assinado de forma digital
por GILBERTO
BARICHELO:52101282968
Dados: 2023.08.22
10:22:50 -03'00'

Gilberto Barichello
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF nº 521.012.829-68

gov.br Documento assinado digitalmente
FERNANDO DA CUNHA SOARES
Data: 22/08/2023 09:36:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernando da Cunha Soares
Contador CRC/RS– 093951/O-4
CPF 019.604.250-05

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A

Relatório sobre a revisão das demonstrações
contábeis intermediárias

Referente ao 2º trimestre de 2023.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

Acionistas e aos Diretores do

HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A.

Porto Alegre – RS

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias individuais do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Hospital é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Trabalhos de Revisão das Demonstrações Contábeis). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. em 30 de junho 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o conteúdo das Notas Explicativas nº 39 e 44 que descreve o efeito gerado por prejuízos, ocasionando um passivo a descoberto de R\$ 582.964 em 30 de junho de 2023. As demonstrações foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às empresas em continuidade operacional normal e não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralização das operações, pressupondo-se o recebimento integral dos repasses oriundos do Ministério da Saúde para o custeio da folha de pagamento, encargos e investimentos. Nossa conclusão não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Barueri, 21 de agosto de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador 1 CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico